

Movimentos Sociais e Prática Política

Social Movements and Political Practice

Francisco Antônio Ferreira de Almeida¹. Mestre em educação brasileira pela Universidade Federal do Ceará, UFC. Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, FVJ. E-mail:chiquinhoprof@fvj.br

Resumo

Este artigo se apresenta como reflexão teórica que visa compreender as alterações na representação política de associações de bairro da periferia de Fortaleza a partir da relação com o Estado e suas consequências para a prática dos movimentos sociais de bairro, enquanto autênticos e dinâmicos sujeitos políticos do processo de democratização da sociedade brasileira, e cearense, em particular, no final dos anos 1980 e começo dos anos 1990. É resultado da pesquisa intitulada *A Representação Política na trajetória de Associações de bairro da periferia de Fortaleza: os casos da ACRE – Associação dos Moradores do Conjunto Esperança e da ASMOCONP – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (1987/1991)*, realizada em 1996, como requisito para a conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais pela Universidade estadual do Ceará (Uece). A metodologia usada na pesquisa fundamenta-se nos métodos indutivo, por se constituir em estudo de caso, bibliográfico, consistente na revisão de literatura sobre os conceitos de Movimentos Sociais, Representação Política, Habitus e Campo, de Pierre Bourdieu(1983;1989;1992;1996), e qualitativo, mediado pela pesquisa de campo, que se desenvolveu a partir de visitas periódicas às comunidades pesquisadas e da aplicação de entrevistas semiestruturadas com líderes comunitários. Considerando-se o contexto do período estudado, parte-se do pressuposto da existência de mudanças significativas nas formas de interlocução dos movimentos sociais de bairro com o Estado, os quais redefinem o perfil desses agentes no cenário político. Ao final da pesquisa chega-se à constatação de que a representação política das associações de moradores, enquanto movimentos sociais de bairro, apresenta-se aberta ao exercício de uma estratégica participação no processo de consolidação democrática, a partir de uma relação dinâmica com o Estado, considerado agora o parceiro necessário para a conquista dos benefícios coletivos que reivindicam em busca de uma vida mais digna no espaço urbano.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Representação Política. Habitus. Campo Político.

Abstract

This article is presented as a theoretical reflection that aims to understand the changes in the political representation of neighborhood associations in the suburbs of Fortaleza from the relationship with the State and its consequences for the practice of social neighborhood movements, while authentic and dynamic subject of the democratization of Brazilian society political process, of Ceará one, in particular, in the late 80s and early 90s. It results from a survey entitled *The Political Representation in the trajectory of Associations of neighborhood in Fortaleza: the cases of ACRE – Association of*

¹ Autor correspondente. Artigo recebido 14 de abril de 2014. Aprovado em 25 de maio de 2014. Avaliado pelo sistema *double blind review*.

Residents of the Joint Hope and ASMOCONP – Association of Residents of Conjunto Palmeiras (1987/1991), held in 1996, as a requirement to complete the undergraduate degree in Social Sciences from the State University of Ceará (Uece). The methodology used in the research is based on inductive methods, because it is a case study, bibliographic, consistent in a review of literature on the concepts of Social Movements, Political Representation, Habitus and Field, of Pierre Bourdieu (1983;1989;1992;1996), and qualitative one, mediated by the field research, which developed through periodic visits to the communities studied and application of semi-structured interviews with community leaders. Considering the context of the studied period, we start from the assumption of the existence of significant changes in the forms of social neighborhood movements dialogue with the state, which redefines the profile of these agents in the political scene. At the end of the study finding that the political representation of neighborhood associations, as social movements of neighborhood, presents itself open to pursue a strategic participation in the democratic consolidation process, from a dynamic relationship with the State, now considered the partner necessary for the achievement of the collective benefits that claim in search of a better life in the urban space.

Keywords: Social movements. Political Representation. Habitus. Political Field.

1 Introdução

A pesquisa que deu origem a este artigo teve como objetivo compreender as alterações na prática da representação política de associações de moradores da periferia de Fortaleza, como movimentos sociais de bairro, no tocante à relação com o Estado, governos municipal e estadual, no período de 1986 a 1991, durante o início do processo de redemocratização da sociedade brasileira. Trata-se de um estudo teórico e empírico voltado para o entendimento da prática política de associações de moradores mediante a investigação dos casos da Associação Comunitária e Recreativa do Conjunto Esperança (Acre) e da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira (Asmoconp), a partir da ação de seus dirigentes e lideranças, buscando oferecer mais uma contribuição para o estudo da participação política dos movimentos sociais na sociedade brasileira.

Neste artigo, apresenta-se a reflexão teórica da pesquisa, por se compreender que os conceitos analisados ajudam a refletir sobre a prática política dos movimentos sociais de bairro, que, ainda na atualidade, se apresentam como atores estratégicos na relação com as estruturas do Estado. Na pesquisa, procurou-se avaliar a hipótese de que os movimentos sociais constituem um conceito dinâmico, passível de alterações na sua determinação a partir das novas configurações que suas práticas adquirem no cenário político democrático das duas últimas décadas do século XX.

A base dessa reflexão são os referentes teóricos de Pierre Bourdieu, com os conceitos de “Habitus”, “Campo” e “Representação Política”. Esses conceitos, em particular o de “Representação Política”, são escolhidos como instrumentos para se situar e entender os movimentos sociais como agentes políticos que representam uma coletividade e estão sujeitos aos riscos e possibilidades diversas de relação numa sociedade política complexa e em processo de redefinição no período estudado.

2 Movimentos sociais e prática política: reflexão a partir dos conceitos de “Habitus”, “Campo” e “Representação Política” em Pierre Bourdieu

Para se desenvolver o estudo sobre a questão da representação política de associações de moradores da periferia de Fortaleza enquanto movimentos sociais de bairro, sujeitos políticos coletivos da cidade de Fortaleza, no período de 1987-1995, considera-se que a concepção teórica e metodológica de Pierre Bourdieu oferece instrumentos adequados para o alcance do objetivo proposto, visto permitir que se analise, mediante os conceitos de “habitus”, “campo” e “representação política”, as relações que se estabelecem entre as associações de bairro, o Estado e outros agentes no cenário político de Fortaleza no referido período.

Bourdieu define “campo político” como:

[...] o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, programas, problemas, análises, conceitos, comentários, acontecimentos entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de decisão (1983, p. 164).

Segundo esse autor, o campo político é permeado por relações de poder que determinam a posição e a postura política dos indivíduos a partir de sua posição nas relações de produção. Aqui, os cidadãos acabam não se tornando sujeitos de sua própria história política, mas apenas meros consumidores dos engendramentos políticos daqueles que detêm os meios de produção - material e/ou cultural (poder simbólico) – e, conseqüentemente, o poder político de decisão.

Para Bourdieu, portanto, a participação política consciente acaba tornando-se monopólio de um pequeno grupo de “profissionais da política” - militantes políticos partidários, dirigentes e lideranças de entidades comunitárias -, que não só detem o poder econômico, como também o capital cultural; ou, se não detém o poder econômico, tem pelo menos acesso a certo capital cultural, aqui entendido como o processo de educação para a consciência política, em detrimento de uma maioria “despolitizada”, que pode ser manipulada para legitimar politicamente esse grupo no poder. Diz Bourdieu:

A concentração de capital nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e, portanto, tanto mais provável quanto mais desapossado de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política, estão os simples aderentes - sobretudo o tempo livre e o capital cultural. (1983, p.164).

Nas associações de bairro, durante o período proposto, é possível identificar uma postura que se adequa a esse tipo de prática política, quando ocorre o crescente afastamento das bases populares no processo de definição das estratégias de ação política das entidades de moradores e a sua crescente associação com partidos políticos e com o Estado. Observa-se que o discurso das lideranças das entidades não corresponde à sua prática política. Como afirma Bourdieu(1989), o discurso político torna-se fruto de relações sociais de interesse de uma classe ou grupo sobre outra classe ou grupo, a partir da posição que um e outro assumem nas relações de produção cultural. As relações políticas aparecem como peças de um jogo político no qual o processo de legitimação acontece a partir da explicitação ou objetivação dos objetivos propostos. Assim, no campo político existe uma espécie de “efeito censura”, que limita o universo do discurso político a determinados interesses de indivíduos ou de grupos que monopolizam o “capital cultural” com interesses e instrumentos de expressão políticos também determinados. Afirma Bourdieu:

Dado que, pelo menos fora dos períodos de crise, a produção das formas de percepção e expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio de profissionais e acham-se, portanto, sujeitas às limitações inerentes ao funcionamento do campo político; vê-se que os efeitos da lógica censitária que rege de fato o acesso às escolhas entre os produtos políticos oferecidos, estão acrescidos dos efeitos da lógica oligopolista que rege a oferta de produtos. (1983 p. 66).

Ou seja, a ação política enquanto objetivação de interesses é oligopólio de pequenos grupos cujos discursos e ações convencem a maioria, que assume um estado de incompetência social para a prática política. Isso faz do espaço político concessão de privilegiados. No caso das associações de moradores, esses privilegiados podem ser tanto os seus dirigentes e lideranças comunitárias, que participam mais de perto das discussões políticas para o encaminhamento das reivindicações, como os agentes da Igreja Católica e de partidos políticos, que influenciam e até intervêm nesses movimentos. Nesse sentido o autor afirma que “[...] o mercado da política é sem dúvida um dos menos livres que existem” (BOURDIEU, 1989, p. 66).

Os primeiros prejudicados nesse processo são os moradores dos bairros ou o “polo dominado”. No caso específico desta pesquisa, entende-se como polo dominado os moradores dos bairros da periferia onde atuam as entidades representativas – que, delegando aos partidos e lideranças políticas os poderes de decisão dos rumos de sua existência social, tornam-se vulneráveis à manipulação política. Na concepção de Bourdieu, há um polo dominante e um polo dominado no campo da política. Entretanto, mesmo no polo dominado há os que monopolizam o poder, exercendo uma posição dominante, e há os que ocupam uma posição dominada, de modo que, delegando poder de decisão a seus representantes, correm também o risco de serem manipulados e de terem seus interesses não correspondidos.

Segundo Bourdieu (1989), a ação dos profissionais da política é sempre ambígua, um “jogo duplo”, consistindo na luta pelo “poder simbólico” da posição política. É disputa de poder, e isso pode fazer com que a base popular, que também detém sua fatia de poder em determinados momentos, seja consultada, como estratégia política, obtendo a oportunidade de reverter os interesses da ação política a seu favor. Entretanto, na maioria dos casos, a participação das bases populares é manipulada, servindo como sustentação política de grupos ou indivíduos que disputam o poder simbólico da representação política. O autor explicita que:

A luta que opõe os profissionais é sem dúvida a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação da visão do mundo social e dos princípios de divisão deste mundo; ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre classes, por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação, que são a sua forma incorporada, e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor. (1989, p. 173).

Nesse sentido, portanto, a ação política tradicional guia-se por interesses particulares camuflados pelo discurso de representação do interesse da maioria representada, que podem ou não convergir. Ou seja, somente se serve aos “clientes” se os interesses destes coincidirem com o interesse de quem exerce um cargo ou posição política de representação. Aqui se identifica perfeitamente a ação dos partidos políticos, sobretudo os de direita, atores que interagem no campo político com as associações de bairro para que seus representantes ajam conforme os interesses institucionais, ou pessoais, muitas vezes não coincidindo realmente com os interesses daqueles que apoiam ou representam. A ação inescrupulosa de políticos em períodos eleitorais,

quando as entidades de moradores são, muitas vezes, utilizadas como “cabos eleitorais”, sem que tenham, após o período eleitoral, suas reivindicações atendidas, pode ser tomada como um bom exemplo disso.

Enfim, observa-se, com Bourdieu (1989), que as tomadas de decisões no campo político estão relacionadas diretamente com a capacidade de pressão da “clientela” representada e com os interesses ligados à posição desempenhada no campo. Por conseguinte, para esse autor, o campo político aparece como espaço de conflito, com relações sociais complexas, constituindo-se num sistema de desvios que afasta a massa popular, despolitizando-a. O campo, portanto, na concepção desse autor, configura-se como espaço de ações espúrias e corruptas na disputa pelo poder:

Não há manifestação mais evidente deste efeito de campo do que esta espécie de cultura esotérica, feita de problemas completamente estranhos e inacessíveis ao cidadão comum, com conceitos e discursos sem referente na experiência do cidadão comum e, sobretudo, talvez, de distínguos, de matizes, sutilezas, de agudezas, que passam despercebidas aos olhos dos não-iniciados e que não têm outra razão de ser que não sejam as relações de conflito ou de concorrência entre as diferentes organizações ou entre as tendências e as correntes de uma mesma organização. (1989, p.178).

Ou seja, no campo político discutem-se e debatem-se questões, posições e opiniões completamente alheias ao interesse dos cidadãos comuns que, a princípio, deveriam ser representados. O que Bourdieu (1989) chama de “cultura esotérica” refere-se não somente à cultura política, na qual nem sempre prevalece a vontade do bem comum, mas também a ideias, representações e interesses outros, não revelados, que implicam relações de poder, porque as discussões e debates não desvelam o conteúdo oculto às bases ou à clientela.

A partir do exposto pode-se concluir, usando-se as próprias palavras do autor, que:

O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio dos jogos das oposições e distinções. (BOURDIEU, 1983, p. 179).

Por isso, durante a pesquisa buscou-se “pensar relacionalmente”, como recomenda Bourdieu (ano), identificando a ação e o discurso dos representantes políticos das associações de bairro, levando-se em consideração o processo de interação dessas associações, de seus parceiros políticos e a relação destes com o Estado.

Entretanto é ainda importante observar com Bourdieu (1989) que, apesar de desenvolver uma ação política que muitas vezes o desvia dos interesses iniciais, ele representa o homem político, ou o agente político, e somente consegue se manter na posição que ocupa pela capacidade de mobilização, a partir das lutas e ações anteriores. É o que o autor chama de “capital político acumulado”. Isso significa que os agentes políticos - nesse caso específico os dirigentes e lideranças das associações -, enquanto lideranças ativas, têm uma reputação a manter, uma imagem a reproduzir.

Segundo Bourdieu, esse capital político acumula-se interna e externamente à função desempenhada.

O capital pessoal de “notoriedade” e de “popularidade” - firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um “nome”, uma “reputação”, etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação

de uma boa “reputação” - é freqüentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloqüência. (BOURDIEU, 1989, p. 1991).

Esse capital cultural é acumulado também internamente, ou seja, na instituição em que o indivíduo desempenha um papel político de liderança - nos partidos, sindicatos, associações. É, portanto, a posição política institucional que também legitima suas ações. Vale salientar, aqui, que o processo de institucionalização, com o surgimento de entidades de moradores e entidades beneficentes dos diversos tipos, tem sido uma grande característica dos movimentos de bairro em Fortaleza, sobretudo a partir do final da década de 1980, e tem despertado o surgimento de importantes lideranças políticas comunitárias e até partidárias. Nas associações pesquisadas podem ser citados como exemplos João Joaquim de Melo Neto e Augusto Barros, do Conjunto Palmeiras, e Ana Maria de Freitas, do Conjunto Esperança, lideranças conhecidas no movimento comunitário e na luta pelos Direitos Humanos em Fortaleza.

O que caracteriza a ação política institucional, segundo Bourdieu (1989), é a existência de toda uma estrutura burocratizada, possibilitando uma organização que gere uma maior eficácia mobilizadora e, por conseguinte, ofereça meios para ajudar na manutenção da posição política das lideranças. Isso é marcante nas entidades de bairro, visto manterem uma grande preocupação com a estruturação de suas diretorias e o aparelhamento de suas sedes, contando, muitas vezes, com a ajuda do próprio governo.

Na concepção desse autor, a posição ou cargo político na instituição é determinado pela própria instituição a partir da relação que o indivíduo mantém com ela. Quanto mais o indivíduo investe na instituição com dedicação e participação ativa, mais a instituição investe no indivíduo. O que resulta disso é que o indivíduo tende a ligar-se mais à causa institucional, prendendo-se aos benefícios políticos e materiais que a instituição, dependendo de sua orientação e articulação política, pode lhe proporcionar, passando a abandonar os ideais da maioria que ele representa por seu intermédio. Bourdieu observa que:

Quanto mais avançado é o processo de institucionalização do capital político, tanto mais tende a conquista do espírito a subordinar-se a conquista dos postos e tanto mais os militantes, ligados apenas por sua dedicação à causa, recuam em proveito dos prebendados, como lhes chama Weber - essa espécie de clientes, ligados ao aparelho de modo duradouro pelos benefícios e os ganhos que ele lhes garante, dedicados ao aparelho na medida em que este os mantenha com a redistribuição de uma parte do espólio material ou simbólico que conquista graças a eles. (BOURDIEU, 1989, p. 195).

Nas associações, esse processo parece acontecer a partir do momento em que, articuladas a interesses exteriores aos das comunidades, sobretudo do governo do Estado e de Partidos Políticos, lideranças comunitárias conquistam benefícios pessoais e até posições políticas de certo destaque no campo político. Daí, muitas vezes, o porquê de várias lideranças se perpetuarem como diretores ou responsáveis por entidades.

Por outro lado, entretanto, quanto mais o indivíduo incorpora e assume o interesse das massas representadas como seus próprios interesses, menos tendência tem de ceder à “tentação” de buscar somente os benefícios pessoais em sua prática política. Falando especificamente sobre os Partidos Políticos, Bourdieu afirma o seguinte:

A dependência dos indivíduos é tanto mais completa quando mais fraco for o capital econômico e cultural que eles possuíam antes de sua entrada no

partido. Compreende-se que os membros permanentes saídos da classe operária tenham o sentimento de tudo dever ao partido, não só a sua posição, que os liberta das servidões de sua antiga condição, mas também a sua cultura, em suma, tudo o que faz o seu ser atual. (BOURDIEU, 1989, p.198).

Observa-se, na afirmação em comento, que o autor identifica, pelo menos na prática dos Partidos, a existência de uma postura de submissão do agente em relação à instituição. Essa submissão aparece como condição para o exercício do “habitus” político. Em relação às associações de moradores, esse processo não acontece com a mesma intensidade, uma vez que, no movimento comunitário, quase sempre não há retorno econômico direto – lembrando-se que nos movimentos de periferia os militantes são de classe baixa, tendo, inclusive, de articular a militância com o trabalho para sobreviver -, a não ser quando acontece a articulação ou “atrelamento” a políticos, sobretudo de direita, que oferece algum benefício pessoal para a liderança, principalmente em períodos eleitorais - vale ressaltar que os políticos de esquerda também podem oferecer cargos para seus apoiadores, mas apenas àqueles que mantêm uma militância mais permanente em seus partidos fora do período eleitoral. Quanto ao capital cultural ou material, pode ser adquirido ao longo da experiência com as lutas, mas não funciona exatamente como uma forma de submissão institucional à associação, cujas atividades possuem um caráter voluntário e temporário.

Para Bourdieu, “habitus” significa:

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso seja o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. [...] (BOURDIEU, 1983, p. 164).

Nas associações de bairro, pode-se identificar que o “habitus” político de caráter reivindicatório e representativo de seus moradores, na origem das associações e na luta por legitimação e reconhecimento político e social, período que corresponde ao final da década de 1970 e primeira metade da década de 1980, apresenta-se como opositor ofensivo do Estado. Ao se analisar mais profundamente a representação política das associações escolhidas, ver-se-á que o “habitus” desses movimentos sofre algumas alterações, a partir dos elementos conjunturais que influenciam no seu processo de organização e luta política. As alterações na relação com o Estado mediante os governos estadual (primeiro mandato do governador Tasso Jereissati) e municipal (“Administração Popular” da prefeita Maria Luiza Fontenele) e na relação com as bases populares são expressão disso.

Nesse sentido, pode-se concluir, com Bourdieu, que todos os empreendimentos políticos apresentam uma forte contradição entre discurso e prática política, proveniente das disputas de poder e interesses, do embate entre ideais e ideias. Isso implica uma lógica dialética própria do campo político, caracterizando a ação política institucional como uma “revolução pelo alto”:

A revolução por cima, projeto de aparelho que supõe e produz o aparelho, tem o efeito de interromper esta dialética, a qual é a própria história, primeiro no campo político - esse campo de lutas a respeito de um campo de lutas e da representação legítima dessas lutas - depois no próprio seio do empreendimento político, partido, sindicato, associação, que só pode

funcionar como um só homem se sacrificar os interesses de uma parte, quando não da totalidade, dos seus mandantes. (BOURDIEU, 1989, p. 202).

A produção do campo político, portanto, que é influenciado pelos processos institucionalizados de interesse e ação política, apresenta-se como estrutura em constante metamorfose social, onde, muitas vezes, os interesses ideais da representação política são suprimidos pelos interesses individuais ou institucionais de grupos oligárquicos que controlam o poder no campo político.

3 Considerações finais

Em se tratando do estudo dos movimentos sociais, mais especificamente dos movimentos de associações de moradores, torna-se complexo o estabelecimento de regras fixas e gerais para o “comportamento” político de seus agentes. Isso porque o período escolhido, 1987/1991, constitui-se num período extremamente rico em mudanças culturais, econômicas, sociais e políticas, tanto em nível nacional como local. Trata-se de um momento importante de transição e consolidação democrática, em que o Brasil, após 21 anos de ditadura, buscava firmar uma democracia que desde a sua retomada apresenta fortes sinais de fragilidade, com grandes ranços de autoritarismo, repressão e centralização de poderes. Do ponto de vista institucional o Estado brasileiro passa por reformas estratégicas, com a privatização de estatais, que tem na busca de “enxugamento” da máquina pública sua grande marca. As consequências desse processo são identificadas na fragilidade política do Legislativo e na inoperância ou inabilidade do Executivo em responder aos grandes desafios sociais do País.

Uma questão importante que se observa, no entanto, diz respeito à forma como as associações desenvolvem seu trabalho de representação política, muitas vezes negando uma série de valores éticos que lhes são, originalmente, elementos de fundamentação, como a autonomia e a democracia a partir das bases. Pode-se concluir, com Bourdieu, que as tomadas de decisões no campo político estão relacionadas diretamente com a capacidade de pressão da “clientela” representada e com os interesses ligados à posição desempenhada no campo (BOURDIEU, 1989, p. 178).

Enfim, pode-se afirmar que a ação das associações de moradores, na condição de movimentos sociais, apresenta uma prática de representação política dinâmica, sujeita aos riscos que a convivência democrática proporciona, mas inteiramente capaz de oferecer uma contribuição diferenciada para a realização plena dos direitos de cidadania. Os movimentos de bairro são sujeitos que têm significativa importância como elementos que contribuem para regular e intervir de maneira crítica e decisiva na sociedade civil, de forma que a consolidação do processo democrático seja garantida.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- _____. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- _____. **Estruturas, Habitus e Práticas**. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu - Sociologia - Coleção Grandes Cientistas Sociais. SP: Cortez, 1983.